



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

ACTA Nº 11
DE
22 / 06 / 2012



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 11

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 22 de Junho de 2012

Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 23.00 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Vice-Presidente da Mesa: Carlos Alberto Salvador Pernes

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, António Pratas Cardoso, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, David José Pinto Mendes (em substituição de António José Rodrigues), Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Ana Paula Chaves (em substituição de Joana Maria Ferreira Vergas), Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (em substituição de Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias), Fernando Manuel Duarte dos Santos, Hélia Maria Monteiro Batista, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Leandro Manuel Alves Jorge (em substituição de António Manuel Silva Arribança), Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, João António Abrantes da Silva (em substituição de Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto), Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe,

Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia;-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012;-----

--- 3 – Apreciação e Votação de Proposta de Adesão de Entidade à Central de Compras Electrónicas da CIMLT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, agradecendo a disponibilidade em alterar a data da sessão do dia anterior para o presente dia, devido à coincidência com o jogo de futebol da selecção portuguesa. A senhora Presidente disse não ter visto qualquer impedimento, desde que os grupos representados na Assembleia estivessem de acordo. Reconheceu que se a sessão tivesse sido feita no dia inicialmente previsto, provavelmente não haveria quórum porque estaria toda a gente interessada em saber como se sairia a selecção. A senhora Presidente prosseguiu a sessão, pondo à discussão as moções e declarações que entraram na Mesa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, apresentando a Declaração “Por uma política que promova a coesão social e territorial e defenda os serviços públicos junto das populações”: “Após um ano do novo ciclo político, perante o agravamento da crise económica e financeira internacional que afecta os países periféricos da UE, urge adoptar uma política alternativa às medidas de austeridade impostas pela troika e às que vão para além da troika. Na ânsia de



apresentar serviço aos senhores da troika, o governo actual traça, a régua e esquadro, políticas e medidas baseadas em números que visam encerrar serviços, desde a área da saúde e educação até à área da justiça, como o recente mapa judicial mostra com o fecho de tribunais do interior (na região centro estão previstos, entre outros, os da Golegã, de Alcanena, Ferreira do Zêzere e de Mação) que prestam um serviço de proximidade às populações na área da justiça. Estão previstos encerramentos de tribunais, baseados em factores bastante discutíveis do ponto de vista de alguns especialistas/juristas e das próprias populações, que se vêem privados de mais um serviço público crucial para o desenvolvimento das suas regiões. As populações vêem os seus direitos negados apesar de consagrados na lei fundamental – Constituição da República Portuguesa – a quem os políticos juraram fidelidade, a começar pelo mais alto representante da nação. Estamos a assistir aos encerramentos de serviços públicos de enorme importância para as nossas regiões, nomeadamente das escolas do primeiro ciclo, das estações dos correios, das extensões dos centros de saúde e a redução de horários de alguns centros de saúde, e agora de alguns tribunais, com todas as implicações/dificuldades que isto traz para os serviços prestados às populações carenciadas, com grandes dificuldades de acesso aos grandes centros. Ao levar a cabo estas políticas, o governo está a prestar um mau serviço ao povo português e a transformar o país em duas faixas distintas: uma no litoral, densamente povoada, e outra no interior abandonada e desértica. Portugal não é só paisagem, tem uma história, uma identidade própria, recursos naturais, económicos e patrimoniais importantes para deixarmos que isto aconteça. Não se pode só falar do desenvolvimento regional em tempo de eleições, sob pena de desacreditarmos ainda mais o nosso sistema democrático. Em todos os quadrantes políticos existe um descontentamento muito grande com as políticas de fecho de serviços à população. O governo não tem dialogado com os representantes das autarquias sobre esta matéria, principalmente na área da justiça, como podemos ler nos órgãos de comunicação social nacionais e regionais. Há que tomar medidas e

manter uma posição intransigente contra o encerramento destes serviços (tribunais, centros de saúde, escolas, correios...) e defender uma política global de apoio à fixação das populações no interior do país, que passa pela criação de condições para o desenvolvimento regional, em sectores como a agricultura, o turismo, a silvicultura, a agropecuária e a agro-indústria, sectores que necessitam de mão de obra especializada e que promovem emprego tão necessário nos tempos que correm. Com a desertificação do interior torna-se mais difícil o desenvolvimento de políticas que promovam a coesão social e a criação de emprego no interior do país e o combate às assimetrias regionais".-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria Travessa Filipe (PSD)**, apresentando a Recomendação "Nova Lei de Bases do Ambiente": "Na proposta de Lei de Bases do Ambiente, que segue a linha associada aos seus vinte e cinco anos de existência, procurou-se atender aos aspectos essenciais, privilegiando as questões de princípio e de método, não enumerando os instrumentos de planeamento, ou os institutos jurídicos específicos, mas antes as funções e objectivos que estes deverão servir. De salientar que a transversalidade é tomada como um vector essencial, considerando que a política de ambiente, mais do que uma política específica, é um método de fazer política em geral nas sociedades contemporâneas ameaçadas por perigos globais e existenciais. Esta proposta de Lei de Bases do Ambiente deve ser entendida como a consagração da aliança indispensável entre os deveres do Estado e as tarefas da cidadania ambiental, uma aliança que é a chave do nosso futuro comum. São definidos com objectivos da política de ambiente a efectivação dos direitos ambientais pela promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, de modo a assegurar o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos. Compete ao Estado a realização da política de ambiente, tanto através da acção directa dos seus órgãos e agentes nos múltiplos níveis de decisão local, regional, nacional, europeu e internacional, como através da mobilização e da



coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental. Na proposta de Lei de Bases do Ambiente são ainda definidos direitos processuais, nomeadamente: o direito de acção para defesa de direitos subjectivos e interesses legalmente protegidos, de acção pública e de acção popular; o direito a promover a prevenção, a cessação e a reparação de violações a bens e valores ambientais; e o direito a pedir a cessação imediata da actividade causadora de ameaça ou dano ao ambiente, bem como a reposição da situação anterior e o pagamento da respectiva indemnização. A nova proposta de lei aborda ainda temas como o espaço marítimo e o clima. A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, recomenda ao órgão executivo, como entidade supra municipal, que desenvolva a sua actividade e com isso dê orientações directas e indirectas aos Municípios da sua área territorial, no espírito da Proposta da Lei de Bases do Ambiente agora aprovada, assumindo esta temática como uma prioridade da sua acção”.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, referindo que esta nova Lei de Bases colidia com o Decreto-Lei 194 de 2009, artigo 17º e seguintes, o que poderia vir a tornar duvidosos os procedimentos e difícil a interpretação, que só juristas poderão dirimir.

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, fazendo uma pequena rectificação na recomendação apresentada pelo PSD. Referiu que a proposta de lei tinha sido aprovada em Conselho de Ministros, mas a Lei de Bases ainda não tinha sido aprovada, nem a proposta de lei sequer remetida à Assembleia da República. Portanto haveria algumas imprecisões no documento e considerou que seria benéfico corrigi-las. Em relação à declaração anterior, referiu ainda que tinha entrado na Mesa uma alteração da redacção. Na declaração apresentada pela CDU, onde estava escrito “recente mapa jurídico” devia ler-se “recente mapa judiciário”.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**,

pretendendo saber o que é que os eleitos do PSD entendiam como orientações directas e indirectas. Na opinião do senhor Deputado, no âmbito das competências da Comunidade Intermunicipal, este sentido de dar orientações directas e indirectas tinha que ser concretizado. Senão correr-se-ia o risco de a recomendação ser aceite por todos e ninguém perceber o que é que seriam estas orientações que poderiam ser dadas, uma vez que parecia que entravam na esfera de competência dos Municípios e não era esse o papel da Comunidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, fazendo em primeiro lugar a correcção solicitada pela senhora Presidente, uma vez que no derradeiro parágrafo da Moção apresentada se falava no espírito da Lei, e o que efectivamente deveria ser referido era Proposta de Lei. O senhor Deputado prosseguiu agradecendo a preocupação do senhor Deputado Nuno Antão, em relação ao esclarecimento que era solicitado. Na opinião do senhor Deputado, a actividade da Comunidade Intermunicipal visava exactamente dar orientações aos Municípios. Por isso, embora não fosse esse o entendimento do senhor Deputado Nuno Antão, entendia o PSD que era essa a actividade da Comunidade Intermunicipal. Prosseguiu dizendo que todos saberiam que as acções directas de cada um acabavam por provocar acções indirectas das acções. O que o PSD tinha querido trazer para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal da CIMLT era exactamente, em primeiro lugar, a informação de que tinha sido aprovada em Conselho de Ministros esta proposta da nova Lei de Bases do Ambiente, com a qual o PSD se revia. Outro objectivo tinha sido a componente informativa trazida à Assembleia, para que todos tivessem direito à informação. Lembrou, neste âmbito, que já tinha sido solicitado ao PSD o envio aos senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal de informação sobre o Plano Estratégico de Transportes, que tinha sido aprovado em Conselho de Ministros, e que o PSD assim o tinha feito. Portanto, mais uma vez prestaram o direito à informação como já vinha sendo hábito. Prosseguiu referindo que quando o PSD trazia para a Assembleia Intermunicipal esta temática era para que a



Comunidade Intermunicipal, juntamente com os seus Municípios, pudesse ter presentes na sua actividade os princípios que estavam subjacentes nesta nova Lei de Bases. Terminou a sua intervenção dizendo que o PSD gostaria de manter o documento, fazendo a alteração da redacção no último parágrafo. Sublinhou que não estavam a trabalhar no vazio, mas sim com a preocupação de prestar o direito à informação e de explicar que efectivamente se iria materializar em documento legal esta situação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Patrícia da Silva Ferreira (PSD)**, apresentando a Moção “Programa de Apoio à Economia Local”: “Foi aprovado no passado dia 14 de Junho em Conselho de Ministros, o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objecto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção-Geral das Autarquias Locais até 31 de Março de 2012. O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei. Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contracção de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1 000 000 000 € (mil milhões de euros). Foi alcançado através de um acordo de carácter inédito, celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. A linha de crédito, no valor global de mil milhões de euros, visa injectar dinheiro na economia local, tendo em consideração os interesses concretos de milhares de micro, pequenas e médias empresas sediadas em todo o País, bem como a toda a rede de fornecedores locais, que contribuem com o seu esforço para a recuperação do emprego e a revitalização do tecido económico português. A bancada do Partido Social Democrata, na Assembleia da CIMLT congratula-se com: - a vontade negocial demonstrada entre as partes Governo e Associação Nacional de Municípios Portugueses; - a preocupação

demonstrada com a real situação das micro e pequenas e médias empresas; - a valorização dos sectores como os transportes, as obras públicas e o pequeno comércio; - as economias locais são decisivas para a recuperação sustentada do tecido económico português e que o financiamento das empresas constitui um elemento fundamental para a sua actividade. A bancada do Partido Social Democrata, na Assembleia da CIMLT apela que o órgão executivo, como entidade supra municipal, que possa informar, apoiar, prestar assessoria técnica aos Municípios que recorram a este programa e faça o devido acompanhamento no sentido de posteriormente se recolherem dados sobre a eficácia do programa” .-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que o PS não se revia neste Programa de Apoio à Economia Local, uma vez que resultava deste programa um condicionamento ainda maior às Autarquias, uma perda de autonomia por parte dos Municípios e por isso era impossível ver neste programa a salvação de milhares de microempresas em Portugal. Infelizmente, na opinião do senhor Deputado, não era isso que este programa trazia. Disse respeitar a opinião dos eleitos do PSD, que cumpriam aqui o seu papel também no direito à informação, mas não podia concordar com esta moção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, referindo haver um conjunto de questões que deveriam ser esclarecidas para poder pronunciar-se em consciência com o seu voto. Lembrou, assim, que o último parágrafo apelava ao órgão executivo que pudesse informar, apoiar, prestar assessoria técnica aos Municípios, que recorresse e fizesse o devido acompanhamento no sentido de posteriormente se recolherem dados sobre a eficácia do programa. Neste âmbito, questionou o senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, que saudou, se era função do órgão executivo da Comunidade prestar este tipo de assistência, no âmbito do apoio à economia local. A senhora Presidente considerou ainda ser vaga a última frase. Quis saber quem é que recolheria os dados, quem é que os trataria, quem é que os iria



avaliar, a quem é que seriam remetidos e para quê. Disse não conseguir depreender nada disso do texto e lembrou que independentemente da retórica e das boas vontades, havia que apreciar e votar questões com uma maior objectividade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que nas moções pareciam desenhar-se aqui algumas competências que não cabiam à Assembleia Intermunicipal. Quanto muito, os Presidentes de Câmara que tinham assento na Assembleia poderiam determinar algumas estratégias que os Municípios pudessem desenvolver em comum, no sentido de poderem vir a concretizar na prática alguma legislação que entretanto fosse aprovada e posta em prática. Ainda assim, alertou que não tinham competência de maneira nenhuma para impor a cada um dos Municípios que seguissem este ou aquele procedimento. Lembrou que a estratégia da CIMLT era, entre todos os Presidentes com assento no órgão, poder encontrar estratégias para por em prática alguma legislação que fosse aprovada na Assembleia da República ou outras recomendações na área dos Municípios, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, etc, que pudessem interessar ao conjunto dos Municípios. Mas não tinham poderes para ir além disso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, considerando que, com o devido respeito, o PS tinha de dizer mal porque tinha vontade de dizer mal e que julgava estar a lidar com pessoas inteligentes. Prosseguiu dizendo que o senhor Presidente do Conselho Executivo tinha demonstrado que percebia aquilo que o PSD queria. Quanto às orientações, sublinhou que o PSD sabia que não eram imposições. Orientações seriam consensos ou algum tipo de postura que levasse a um determinado tipo de comportamento não imposto. Quanto à questão que tinha a ver com a segunda moção, não via qual era o problema do último parágrafo. No que dizia respeito à assessoria técnica, referiu que tal tinha a ver com todas aquelas vicissitudes que eram casuísticas, que iam surgindo na aplicação deste plano. Portanto, a CIMLT em determinado aspecto, se tinha

capacidade técnica para dar apoio, dava. Se não tinha não dava.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Serrão (PS)**, continuando a não ver objectividade e sem perceber o que é que se pretendia. Alertou também para o facto de na Assembleia Intermunicipal serem todos democraticamente eleitos e todos iguais. Não havia burros nem inteligentes, ou seja, dispensava este tipo de adjectivos no local.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, confessando-se preocupado com a forma como o PSD, quer nesta moção, quer no ponto anterior, se referia às autarquias, porque mostrava o respeito que tinha pela autonomia local. Lembrou as câmaras tinham a sua autonomia financeira, administrativa, etc, mas o PSD falava em dar orientações. Mas dar orientações a quem? Na opinião do senhor Deputado, este era o conceito que o PSD tinha do poder local ou que queria impor para o futuro. Por isso esta questão preocupou-o. Relativamente ao conteúdo, o senhor Deputado disse ser muito interessante e oportuno que o PSD viesse dizer que estava preocupado e que ia tomar medidas no sentido de o Governo pagar às autarquias aquilo que devia, para esse dinheiro ser utilizado para o estímulo à economia local através do pagamento dos compromissos que tinha localmente. E que fizesse um esforço para cumprir a Lei das Finanças Locais. Isso, sim, era muito importante.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, considerando que estavam todos exaltados. Lembrou que o PSD era um partido enraizado desde sempre no poder local. Lembrou também à CDU que este PAL tinha mais mão até da CDU do que do próprio PSD. Referiu que o grande negociador deste plano tinha sido o autarca de Benavente, António José Ganhão. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que o quadro do endividamento das autarquias do Distrito e os desequilíbrios que havia não era no montante, mas na estrutura da dívida e no serviço da dívida. Isto ia no sentido da troca de experiências nas boas práticas de gestão. Pelo mesmo montante de dívida, viam-se desequilíbrios enormes



das autarquias para o serviço da mesma. Prosseguiu solicitando ao senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, que era ao mesmo tempo Presidente de Câmara, que comentasse a sua intervenção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (PSD)**, lembrando que o senhor Deputado, Nuno Antão, tinha dito que discordava deste plano de ajuda e era isso que era importante perceber. Referiu que quando as pessoas discordam de qualquer coisa seria importante apresentar também alguma solução, ou pelo menos dizer porque é que se discordava. Era importante que principalmente o PS apresentasse algumas alternativas. Lembrou que tinha sido o PS a negociar este memorando que estava a ser cumprido e executado. E que tinha sido o PSD a ser legitimado pelos portugueses para o executar. Portanto, uma palavra que se invocava extremamente em vão por parte do PS era autonomia. Na opinião do senhor Deputado, desde há um ano para cá que a autonomia em Portugal tinha sido reduzida, muito por culpa da incompetência, da gestão danosa que alguns governantes do País tinham decidido adoptar como conduta. Portanto, era importante também perceber que isto iria acontecer às autarquias. O senhor Deputado mencionou que era da autarquia do Cartaxo, com 20 mil habitantes, e que tinha uma dívida astronómica. O Concelho do Cartaxo, com esta intervenção, iria perder alguma autonomia e era importante perceber porque é que ia perder essa autonomia. Assim, considerou o senhor Deputado que era importante que o PS reflectisse um pouco, até porque todos eram poucos para fazer essa reflexão. Não seria o PSD que iria salvar o País, mas todos. E era importante que o PS não se pusesse de lado, depois da responsabilidade que tinha tido nos últimos anos de governação. Era importante que o PS também se assumisse como uma alternativa a ajudar que o País fosse para a frente, para que os desequilíbrios fossem ultrapassados, para que tanto as autarquias como o País ganhassem ainda mais autonomia naquilo que tinham.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, alertando

para um assunto que tinha emergido da discussão. Que teria sido pela mão do senhor Presidente António José Ganhão que o acompanhamento deste financiamento às autarquias teria sido proposto por ele. O senhor Deputado disse não acreditar. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, dizendo que obviamente os eleitos do PS não tinham acesso a este tipo de informação privilegiada de quem é que eram os autarcas que negociavam com o Governo os programas. Certamente teria sido o Presidente referido e muitos outros Presidentes, na Associação Nacional de Municípios, apesar de não ter tido o apoio de todos. Prosseguiu dizendo que ia seguir o conselho que a senhora Presidente tinha dado, a propósito da forma como se tratavam uns aos outros na Assembleia, mas não era fácil ouvir aquilo que se tinha ouvido sobre o que se estava a passar no País e não pedir que houvesse honestidade intelectual no mínimo, entre o debate e a discussão que tinham uns com os outros. Referiu ser verdade que o PS tinha assinado o memorando de entendimento. Mas não deixava de ser verdade também que ele já tinha sido revisto uma série de vezes. Para além disso, a execução das políticas em concreto era responsabilidade deste Governo, tendo o PS assinado também o memorando. Aliás, lembrou que era por todos conhecida a posição do PS em relação às medidas do memorando de entendimento e que até à altura não tinha havido nenhum problema da estabilidade e da coesão do País em relação a essas medidas. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que este não era o espaço para o PS apresentar alternativas a este plano, mas poderia fazê-lo. O problema não era esse. Alertou para o facto de que, obviamente, um programa de assistência financeira implicava alguma perda de autonomia. Mas não fazia sentido, por exemplo, exigir às autarquias que retirassem os processos que tinham contra o Estado quando achavam que tinham razão para terem esses processos. Isso, na opinião do senhor Deputado, ia para lá daquilo que era razoável exigir aos Municípios para poderem aceder a este programa. Terminou a sua intervenção dizendo que o PS não concordava com esta Moção, era contra a forma como ela era apresentada, não concordava com a forma como este



programa tinha sido desenhado, apresentado e iria entrar em execução. Lamentava profundamente que o PSD tivesse escolhido este caminho e ainda criasse mais dificuldades à gestão autárquica, sendo que principalmente as três maiores forças políticas eram todas elas fundadoras do poder local democraticamente eleito. Segundo o senhor Deputado, de nada adiantava asfixiar por completo o poder local e depois apresentar programas que supostamente iriam apoiar a economia local. Referiu que o PS iria acompanhar a execução dessas medidas, para perceber qual seria o efeito concreto no País. Na opinião do senhor Deputado, infelizmente tinham sido feitas declarações demasiado preocupantes para o País, que eram o reflexo não só da assinatura do memorando de entendimento, mas o reflexo da execução das políticas concretas que tinham sido propostas e apresentadas em orçamento de Estado por este Governo. Embora se falasse das responsabilidades do PS no passado, aquilo que estava a acontecer era responsabilidade da execução do orçamento deste Governo, que tinha sido demasiadas vezes alertado para os efeitos das políticas, tendo ignorado esses alertas. E agora estavam todos a ser confrontados com esses resultados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, dizendo não saber se tinha sido António José Ganhão que tinha estado neste trabalho, e se esteve também não teria estado certamente em nome individual. Mas podia dizer com toda a clareza que a CDU não se revia nem estava de acordo com este plano de apoio à economia local e entendia que ele não iria resolver qualquer problema que dizia pretender resolver. Isso podia garantir. Na opinião do senhor Deputado, o problema das autarquias era todo o atrofamento que lhes tinha sido feito ao longo de vários anos, quando não se tinha cumprido com a lei das finanças locais e quando o Governo nomeadamente transferia competências para as autarquias e depois não lhes fazia chegar o dinheiro, quando não pagava aquilo que devia. Isso é que era importante resolver. Esse dinheiro é que era importante ser transferido para as autarquias, para poderem responder e poderem pagar. Deu o

exemplo da Câmara Municipal de Benavente, que tinha passado com dívidas no final do ano passado, que eram inferiores às verbas que tinha a receber do Estado, e que não tinha recebido. Estes compromissos é que eram importantes. Não era a Lei dos Compromissos, que não resolvia problema nenhum, a não ser criar mais problemas ao funcionamento das autarquias. Pretendia, sim, atingir de morte a autonomia financeira do poder local.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, lembrando que era Presidente da Assembleia Municipal de Benavente e que tinha estado naquele dia a falar com o senhor Presidente da Câmara, António José Ganhão, sobre assuntos relativos à Assembleia Municipal. Referiu que o senhor residente tinha desabafado o contrário daquilo que tinha ouvido na presente sessão. Alertou que o senhor Presidente não estava presente para se defender, nem o senhor Deputado era seu advogado de defesa. Mas aquilo que o senhor Presidente lhe tinha dito era que ele tinha sido dos elementos presentes nessa reunião de discussão com o Governo aquele que mais se tinha batido contra esta Lei dos Compromissos. Ainda assim, o senhor Deputado disse que iria perguntar ao senhor Presidente se se tinha passado mais alguma coisa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, referindo que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Benavente tinha sido o primeiro a dar entrevista quando saiu da reunião com o Governo, quando fecharam o dito diploma. E tinha sido o primeiro a regozijar-se com o acordo alcançado, enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios. Em segundo lugar disse não ter problema nenhum em dizer que no Distrito, pelos números apresentados, Benavente era das Câmaras que financeiramente estava melhor. A intenção que tinha ao fazer a sua intervenção era no sentido da troca de boas práticas. Referiu que via, por exemplo, que em Concelhos mais ou menos com a mesma população e as mesmas áreas, a estrutura da dívida estava desequilibrada nalgumas situações. O serviço da dívida era muito mais exigente para uns do que



para outros. Havia sacrifícios que iriam ser pedidos a mais nalguns Concelhos, exactamente por não se ter estruturado o serviço da dívida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (PSD)**, apresentando a Moção “Plano Estratégico Impulso Jovem”: “Em resposta ao agravamento da situação do desemprego jovem em Portugal e ao desafio proposto pelo Presidente da Comissão Europeia aos oito Estados-membros que apresentam maiores dificuldades de integração da população jovem no mercado de trabalho, o Governo português preparou o Plano Estratégico Impulso Jovem. O Impulso Jovem assenta em três pilares: Estágios profissionais; Apoio à contratação e ao empreendedorismo; e Apoio ao investimento. O Plano Estratégico “Impulso Jovem” atua nos dois lados do mercado de trabalho e cria as condições para que as empresas produzam postos de trabalho qualificados e duradouros, ultrapassando as atuais restrições ao financiamento que enfrentam, e simultaneamente ajustando o seu padrão produtivo ao novo paradigma de modelo económico sustentável ambicionado. Tem como propósito criar oportunidades de ingresso no mercado de trabalho para os jovens portugueses, oferecendo-lhes formação certificada ou formação no posto de trabalho, sempre com o objectivo de uma posterior relação laboral duradoura, invertendo a tendência instalada de aumento do desemprego estrutural entre os jovens. Neste contexto, é crucial a criação de medidas e mecanismos que impulsionem a contratação e incentivem o empreendedorismo jovem, que facilitem o acesso ao financiamento das PME e apoiem a sua inovação e internacionalização. O financiamento do “Impulso Jovem” obedecerá às linhas estratégicas definidas pela Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários. Parte dos apoios previstos são focados nas regiões de convergência (Norte, Centro, Alentejo e Algarve), contribuindo para a redução das assimetrias regionais e para a coesão territorial. A bancada do PSD na Assembleia da CIMLT, congratula-se com este programa do Governo, apelando à CIMLT que possa ser um participante efectivo na divulgação deste programa, junto

dos seus fornecedores e dos fornecedores dos Municípios da sua área territorial, para que estes possam aproveitar esta oportunidade ara dotar os quadros das suas empresas com este “Impulso Jovem”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que esta era mais uma operação que não iria resolver os problemas dos jovens em Portugal, tal como não resolvia o problema dos jovens as propostas de vários governantes para os jovens emigrarem. Aliás, ainda empobrecia mais um País. Mencionou que um jovem quando sai formado de Portugal esteve a gastar dinheiro, esteve a consumir o País e as famílias e depois ia produzir riqueza para outros lados. Aliás, na opinião do senhor Deputado, os países que os recebiam batiam palmas certamente e estavam desejosos que chegassem lá jovens formados. E era para onde estavam a ir muitos jovens acabados de licenciar ou já com alguma experiência de trabalho, infelizmente. Na opinião do senhor Deputado, um programa de estágios, de incentivo ao empreendedorismo, não resolvia o problema dos 37% de jovens desempregados, sendo apenas mais uma operação de charme, propaganda e pouco mais. Segundo o senhor Deputado, isto não resolvia os problemas dos jovens, logo não poderia estar de acordo com esta estratégia que o Governo tinha delineada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, referindo que após esta catadupa de moções provenientes do PSD considerava que o PSD pretendia transformar a Assembleia da CIMLT numa câmara de ressonância daquilo que eram as políticas do Governo. Mas o PSD não se devia preocupar porque na verdade, em termos de propaganda, este Governo não era deficitário. Portanto, o auxílio dos senhores Deputados do PSD na Assembleia Intermunicipal acabava por ser desnecessário. Em relação à última moção, disse que o problema do desemprego no geral e entre os jovens em particular não era resolvido seguramente com este programa. Este programa quase que se limitava a recuperar algumas políticas de fomento de emprego entre os jovens que este Governo de imediato tinha suspenso quando lá tinha chegado e que agora retomava na tentativa de tapar o sol com a



peneira. Efectivamente com esta política contraccionista só poderia haver mais desemprego e não havia seguramente recuperação de emprego para os jovens, apesar destes simulacros de programas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, pedindo que, relativamente ao programa “Impulso Jovem”, o senhor Deputado da CDU pensasse novamente naquilo que tinha dito, porque era impensável dizer que era melhor os jovens estarem sem fazer nada do que terem a oportunidade de entrarem no mercado e deixarem a sua rotina de todos os dias de enviarem currículos sem serem correspondidos. Ver-lhes negada a oportunidade de porem em prática tudo o que tinham aprendido nos seus cursos e serem um encargo para as suas famílias estando em casa. Na opinião do senhor Deputado, era um atrevimento do senhor Deputado Carlos Pauleta vir dizer que isto não era uma boa medida. Não podia concordar, ainda por cima quando o senhor Deputado reconhecia que o ensino português era altamente qualificado, porque senão não teria afirmado que quando os nossos jovens chegavam lá fora estavam desejosos que eles lá chegassem. De facto, na opinião do senhor Deputado, o ensino em Portugal formava quadros de qualidade e os portugueses eram distinguidos Mundo fora. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que, embora não sendo importante a idade que estava no BI, tinha 33 anos e tinha sido através de um estágio profissional que tinha tido oportunidade de iniciar o seu percurso profissional, estando muito grato. Na opinião do senhor Deputado, se estes estágios não tivessem só metade dos custos para a entidade que dava o estágio, se calhar não teria tido essa oportunidade. Assim, o senhor Deputado disse ver com muito bons olhos este programa de apoio porque poderia não ser para já uma solução estrutural, mas na situação que o País atravessava era uma solução efectiva. Existiam, com certeza, muitas empresas que iriam aproveitar este estímulo para dar oportunidades, refrescar os seus quadros e dar valor àqueles que estavam em casa há meses sem a possibilidade de porem em prática aquilo que aprenderam. No que toca à mencionada propaganda do Governo e

do PSD estar a fazer da Assembleia da CIMLT uma câmara de ressonância, disse saber que os senhores Deputados das outras bancadas não conseguiram fazer melhor do que isso e sublinhou que o PSD gostava que a actividade do Governo pudesse ser reflectida na Assembleia Intermunicipal, por considerar que as Comunidades Intermunicipais deveriam assumir as suas responsabilidades e preparar-se para assumir outras funções no quadro da reorganização. Daqui, segundo o senhor Deputado, teria que partir para os Municípios, porque os Municípios estavam na hierarquia inferior da CIMLT. Aproveitou para dizer ainda que podia e devia ser atribuída à CIMLT as competências no sentido de dar as orientações aos Municípios, por conseguir uma maior poder negocial, uma vez que representa muito mais população.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Savador Serrão (PS)**, referindo que pela primeira vez via na Assembleia durante uma intervenção do senhor Deputado Eduardo Gomes uma unanimidade total, quando tinha referido que a idade não estava no Bilhete de Identidade. Disse só ter visto cabeças a acenar e a dizer que sim. Isso era muito bom.-

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar (PSD)**, considerando que a intervenção do senhor Deputado da CDU tinha ficado logo inquinada, quando tinha dito que tirar um curso ou uma licenciatura era um custo. Na opinião do senhor Deputado, tirar um curso técnico-profissional ou uma licenciatura era, sim, um investimento. Poderia ser um investimento que gerava dificuldades em algumas famílias, mas um custo não seria certamente. O senhor Deputado explicou também que este plano estratégico não vinha resolver os problemas dos jovens, mas vinha capacitá-los de mecanismos e de competências para que eles estivessem melhor preparados para entrar no mercado de trabalho. Alertou para o facto de, ao consultar uma base de dados de emprego ou as páginas de classificados nos jornais, a maior parte das ofertas pedir profissionais com experiência. Lembrou que um jovem que seja recém-licenciado ou que saia de uma



escola profissional tem uma experiência quase nula. Portanto, segundo o senhor Deputado, este plano estratégico poderia ser uma alternativa para atenuar o desemprego juvenil, que era alarmante e quase obsceno. Assim, na opinião do senhor Deputado, todas as respostas que se pudessem dar para se inverter a situação das coisas seriam positivas. O empreendedorismo não vinha salvar a pátria, mas era outra alternativa. Na opinião do senhor Deputado, para os partidos de esquerda seria complicado perceberem que havia pessoas na sociedade civil com iniciativa própria, que não estavam à espera do Estado para criar o seu próprio posto de trabalho. O empreendedorismo poderia, portanto, ser uma mais-valia para atenuar a obscena percentagem de desempregados jovens em Portugal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que quando tinha dito que era um custo, era de facto um custo para o País. Era um investimento também do País, se os jovens ficassem em Portugal a produzir a riqueza. Mas até ao momento em que acabavam o seu curso, era um custo para o País e para as famílias. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que queria que fosse um investimento, mas um investimento para Portugal. No que dizia respeito ao programa “Impulso Jovem” disse ter ficado esclarecido. Seria um programa para atenuar. Ainda assim, sublinhou que o que seria preciso seria resolver um gravíssimo problema que a juventude tinha. E isto não servia para resolver esse problema.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, explicando que o estudante até aos 23 anos produzia de muitas formas. Movimento associativo, na participação de movimentos desportivos, no seio da sua família orientando os irmãos mais novos e fazendo parte da sua família, entre muitas outras actividades. Portanto, pediu ao senhor Deputado Carlos Pauleta para reflectir sobre a forma como abordava os jovens e reconhecer que estavam no bom caminho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, apresentando a Moção “Gestão de Energia no Sector Público Autárquico”: “A bancada do PSD na Assembleia Intermunicipal, vem apresentar a seguinte moção

sectorial, com o objectivo de que a CIMLT, possa criar condições junto dos seus Municípios, para que estes possam estabelecer os sistemas e processos necessários para melhorar o desempenho energético, incluindo a eficiência energética, uso e consumo de energia, tendentes a uma racionalização de recursos, redução de custos de exploração, redução de emissão de gases com efeito de estufa e de outros impactes ambientais relacionados. Verificando-se um aumento generalizado do preço da energia, associado à utilização de tecnologias e equipamentos cada vez mais ávidos de consumo energético, conjugado com a certeza de que a época da energia “barata” vê o seu ciclo encerrar-se, a gestão da energia é hoje assumida como um vector essencial para o desenvolvimento económico e social, bem como um factor decisivo para o desenvolvimento sustentável das comunidades. A importância de uma gestão correcta dos recursos disponíveis deve a todos impelir mudanças comportamentais quer a nível colectivo, quer a nível individual. Uma abordagem sistémica com enfoque no capital humano, funcionários das autarquias, com o objectivo de redução de consumos, através das alterações ao nível comportamental, poderão desde logo constituir-se como uma acção com resultados visíveis a curto prazo, logrando-se o envolvimento dos funcionários numa casa, motivando-os indirectamente para outros objectivos, tendo presente que a mobilização e afectação de recursos nesta área da gestão do uso e consumo de energia, se configura como um efeito multiplicador de emprego e introdução de inteligência na gestão dos sistemas. Assembleia intermunicipal da Lezíria do Tejo apela que o órgão executivo assumira o compromisso, como entidade supra municipal, na definição de estratégias, na promoção da implementação de sistemas de gestão de energia, num quadro de compatibilização com o desenvolvimento sustentável, na divulgação de informação, assessoria técnica na instrução de candidaturas a programas específicos e demais serviços associados no âmbito da eficiência energética, a disponibilizar aos seus Municípios da sua área territorial, na óptica de racionalização de recursos e redução de custos como princípio transversal à gestão autárquica, assumindo esta temática



com uma prioridade da sua acção.” Referiu ainda, mais uma vez, que a Comunidade Intermunicipal devia ser um parceiro privilegiado dos Municípios e um órgão que assumisse outras competências. É neste sentido que o PSD trazia aqui estes documentos, trazendo temáticas da actualidade que deviam ser discutidas e que a Comunidade Intermunicipal poderia agarrar e transformar numa mais valia para os seus associados e para a população da sua área territorial de influência.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, lembrando que a Comunidade Intermunicipal não era supra-municipal. Era intermunicipal, como o próprio nome referia. Portanto deveria ser tratada como tal, a menos que PSD pretendesse que fosse uma entidade supra-municipal. Na opinião do senhor Deputado, não era desejável que fosse. Para além disso, as questões que estavam referidas no documento eram preocupações, se não de todos, de uma boa parte dos Municípios. De qualquer modo, o senhor Deputado disse não ver que não pudesse haver um contributo da Comunidade neste sentido. Ainda assim, disse acreditar que hoje não haveria ninguém que não estivesse preocupado com as boas práticas ambientais, em concreto o bom uso da energia, que era um bem escasso e limitado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, questionando o número de tantas intervenções tão vagas. Na opinião do senhor Deputado, seria bom que quem apelava tanto à produtividade do País tivesse uma preocupação com essa mesma produtividade. Prosseguiu dizendo que todos os senhores Deputados faziam um esforço para estar na Assembleia Intermunicipal e cumprir este desígnio de cidadania, e que por vezes ficava triste pela falta de lucidez das Assembleias neste aspecto. Na opinião do senhor Deputado, aprovar uma moção sectorial, como se a CIMLT tivesse um sector da energia, parecia que era apenas uma forma de mostrar trabalho. O senhor Deputado considerou evidente que ninguém fosse contra a não racionalização da energia. Só um tonto o seria. Portanto não teria nada a dizer sobre isto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, dizendo que esta moção ia no sentido do espírito que tinha levado à criação na Comunidade da Central de Compras Electrónicas. Prosseguiu referindo que do querer e ser a favor da racionalização da energia à prática da mesma ia uma grande distância. Em boa hora tinha chegado a economia de escala que a Central de Compras estava a proporcionar aos Municípios associados. Assim, era nesse espírito que o PSD gostava que esta moção encaixasse.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a Comunidade já praticava essa racionalização de custos, quer nas energias, quer em outros meios. Portanto, a recomendação encaixava na estratégia da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que a ideia do PSD sobre a questão de ser supra-municipal era exactamente a mesma coisa que a Central de Compras Electrónicas ou as candidaturas que se faziam aos fundos comunitários, que agregavam um conjunto de Municípios. Era nesta postura que o PSD entendia ser uma entidade supra-municipal. Disse lamentar que alguns deputados considerassem vagas as intervenções do PSD, mas se as moções do PSD não serviriam para mais nada, pelo menos serviriam para ouvir intervenções de alguns Deputados e a resignação dos mesmos. Quanto ao facto do PSD ter que mostrar trabalho, agradeceu a distinção porque pelos vistos as outras intervenções não estariam a mostrar trabalho e as do PSD sim. No que toca a referir que só um tonto não percebia estas questões de energia, o senhor Deputado alertou que todos tinham sido muito tontos durante muitos anos e que só agora estavam a acordar para esta realidade. Se isto era tão evidente, questionou porque é que não tinha sido apresentado até à data nenhuma proposta neste sentido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, considerando que a CIMLT só tinha actuado, na parte energética, na aquisição e não na racionalização. Não praticava essa economia de escala na racionalização.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que iria ser apresentado um Requerimento assinado por vários Deputados, no âmbito de várias situações difíceis para a população da Lezíria no que respeitava aos serviços públicos e à acessibilidade aos serviços públicos. Tratava-se de um requerimento para fosse em próxima reunião incluído um ponto na Ordem de Trabalhos para discutir os serviços públicos e o acesso das populações da região aos serviços públicos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, apresentando o seguinte Requerimento: “É mais do que evidente que este governo declarou guerra aos portugueses. A pretexto da crise, que serve de desculpa ara todas as malfeitorias, retirou os subsídios de Natal e de férias aos funcionários públicos e reformados, baixou os salários daqueles que ainda vão tendo emprego e aumentou os impostos. Não se contentando, porque se está a revelar insaciável, procura destruir o Serviço Nacional de Saúde, ataca a escola pública, elimina juntas de freguesia, ataca a autonomia das Câmaras Municipais, encerra estações e postos de correio e Tribunais, afastando os portugueses de todos os serviços públicos. Como acontece em todo o país, também a população da Lezíria do Tejo está a sofrer os efeitos desta política, com consequências no acesso à prestação de cuidados de saúde, à educação, aos serviços sociais prestados pelas juntas de freguesia, à justiça. Assim sendo, os abaixo assinados requerem que a Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo inclua na Ordem do Dia da próxima reunião (ordinária ou extraordinária) um ponto para apreciar a prestação de serviços públicos na Região”.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, perguntando se à luz do que foi dito sobre moções sectoriais que não se enquadravam no espírito da CIMLT, se era possível integrar um ponto na Ordem de Trabalhos de um tema que não estava nas competências da CIMLT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT**,

Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS), referindo que este era um requerimento que tinha entrado na Mesa da Assembleia e tinha toda a legitimidade, no âmbito do Regimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria Travessa Filipe (PSD)**, citando a seguinte frase: “baixou os salários daqueles que ainda vão tendo emprego e aumentou os impostos”. “Redução remuneratória aplicada nos termos do artigo 19º da Lei 55 A de 2010”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, questionado se a bancada do PSD tinha de votar o Requerimento. Sendo um Requerimento dirigido à senhora Presidente também entendiam que poderia cair fora do âmbito das competências da Assembleia Intermunicipal. Assim, perguntou se tinham que votar ou se seria uma decisão tomada pela senhora Presidente.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, referindo que os requerimentos, as moções eram votadas. Assim, havia um único documento na presente sessão que não seria votado, por ser uma declaração, não sendo por isso objecto de votação. Mas este requerimento, segundo o Regimento, era objecto de votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, recordando a referência que tinha sido feita a uma Lei de 2010. Lembrou o senhor Deputado que o corte no subsídio de férias e no subsídio de Natal tinha sido desmentido pelo actual Primeiro-Ministro em campanha eleitoral e tinha sido a primeira medida que tinha tomado quando tinha chegado ao Governo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, lembrando que as áreas que estavam no requerimento tinham sido alvo de preocupação e discussão na Assembleia, porque os senhores Deputados eram legítimos representantes das populações. Alertou que as populações estavam a sofrer na carne o corte destes direitos essenciais e consagrados na Constituição. Então, se esta Assembleia não podia discutir assuntos tão indispensáveis e tão importantes, o que é



que estavam todos ali a fazer? Lembrou que este é que era o objecto principal da função dos senhores Deputados enquanto representantes das populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, propondo fazer-se um intervalo de 5 minutos, após a discussão de todas as moções e requerimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, considerando que este era um pedido de agendamento à Ordem de Trabalhos e que seria da competência da Mesa decidir se sim ou se não.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, explicando que não estava dirigido à Presidente. Era um requerimento e como tal iria ser votado. Era muito claro.-----

--- **ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto Um da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que na leitura da acta Nº3 de 2012, de 29 de Março, tinha reparado que existia um quadro que informava da declaração de recebimentos em atraso existentes no final do ano passado. Encontravam-se alguns recebimentos em atraso, que eram todos eles dívidas dos Municípios para com a Comunidade. Questionou se existia algum plano de pagamentos destes recebimentos que estavam por executar por parte da Comunidade, para saldar estas dívidas dos Municípios para com a Comunidade. Disse ter consciência de que se vivia um momento complicado, que devia haver alguma solidariedade entre os Municípios, mas preocupava-lhe a existência de um conjunto de dívidas, até por questões de equidade, que estavam por saldar, particularmente as mais atrasadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que havia da parte da

Comunidade a tentativa de se aproximar de cada um dos Municípios que tinham maiores dívidas, no sentido de conseguir um plano de pagamentos que fosse exequível para esses Municípios. E era aquilo que estavam a fazer de momento.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto Dois da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, explicando que esse documento não era mais do que o resultado do apuramento das contas da CIMLT e introdução de saldo nessas contas. Era uma prática de todos os Municípios, obrigatória por lei. Portanto, a Comunidade também estava a fazê-la.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.** -

--- Passou-se de seguida ao **Ponto Três da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Adesão de Entidade à Central de Compras Electrónicas da CIMLT.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, explicando que se tratava de uma proposta de adesão da Eco-Lezíria, uma empresa intermunicipal que agrupava alguns dos Municípios da Comunidade, no sentido de se poder abrir a porta à sua entrada para a Central de Compras.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo que se tratava de uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos. Assim, por parte do PS não parecia que houvesse qualquer objecção à sua integração na Central de Compras.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Adesão de Entidade à Central de Compras Electrónicas da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----



--- Passou-se de seguida à votação das Moções, Recomendação e Requerimento apresentados.-----

--- Submetida à votação a **Recomendação “Nova Lei de Bases do Ambiente”**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 12 (PSD);-----

--- Abstenções: 20 (PS, CDU, BE e GIGA).-----

--- Submetida à votação a **Moção “Programa de Apoio à Economia Local”**, a mesma foi **REJEITADA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 20 (PS, CDU, BE e GIGA);-----

--- Votos a favor: 12 (PSD).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, explicando que o PS, ao votar contra esta Moção, não era logicamente contra o poder local, mas contra o teor desta Moção.-----

--- Submetida à votação a **Moção “Plano Estratégico Impulso Jovem”**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 12 (PSD);-----

--- Abstenções: 20 (PS, CDU, BE e GIGA).-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que este era o único documento que prejudicava as autarquias. Este fundo tinha sido retirado aos fundos comunitários destinados às autarquias. E tinha sido destinado à constituição deste programa.-----

--- Submetida à votação a **Moção “Gestão de Energia no Sector Público Autárquico”**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 25 (PSD e PS);-----

--- Abstenções: 7 (CDU, BE e GIGA).-----

--- Submetido à votação o **Requerimento para incluir na Ordem do Dia da próxima reunião (ordinária ou extraordinária) da Assembleia Intermunicipal um ponto para apreciar a prestação dos serviços públicos na Região**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

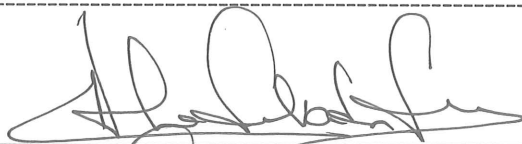
--- Votos a favor: 20 (PS, CDU, BE e GIGA)-----

--- Abstenções: 12 (PSD);-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, explicando que a Declaração de Voto do PSD ia no sentido que já tinham referido anteriormente, mas gostariam de deixar claro que ali estariam para participar e para dar o contributo sobre este tema.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE



--- O VICE PRESIDENTE



--- A SECRETÁRIA

